

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.932 - GO (2019/0046450-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIANGULO LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : EXPRESSO ARAGUARI LTDA. - EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL
SUSCITANTE : NACIONAL EXPRESSO LTDA - EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL
ADVOGADOS : ADRIEL GARCIA GARZONI - MG105543
NILVA APARECIDA BRAGA - MG117812
BRUNA NASSIF DE MORAIS E OUTRO(S) - MG185109
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DE GOIÂNIA - GO
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DE UBERLÂNDIA -
MG
SUSCITADO : JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE MARÍLIA - SP
INTERES. : JOSE CARLOS DE LIMA

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, instaurado por ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTROS, envolvendo o r. Juízo de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia/MG, no qual se processa a recuperação judicial da suscitante (Processo nº 5002607-33.2016.8.13.0702), e o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Marília/SP, onde tramita a Reclamação Trabalhista nº 0010093-80.2014.5.15.0101, ajuizada por José Carlos de Lima.

Afirmam as suscitantes que formularam pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 11/05/2016 pelo Juízo de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia/MG, com posterior suspensão de atos executórios relativos a créditos trabalhistas.

Aduz, contudo, que o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Marília/SP determinou a realização de atos executórios, entendendo que havia cessado a competência do juízo recuperacional.

Sustentam as recuperandas, porém, que a competência para determinar atos de execução sobre o seu patrimônio é do juízo da recuperação judicial, mesmo depois de ultrapassado o referido prazo de suspensão, conforme exegese do art. 3º, da Lei nº 11.101/2005, que reputam pacificada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Diante disso, postula, **liminarmente**, o sobrestamento da execução trabalhista com a consequente designação do Juízo da 7ª Vara Cível da Comarca de

Uberlândia/MG para decidir sobre a destinação dos valores apurados. **No mérito**, requer a declaração da competência do juízo universal para determinar atos executórios do crédito reconhecido na demanda trabalhista, em curso na 2ª Vara do Trabalho de Marília/SP.

É o relatório.

Decide-se.

O pedido comporta **parcial** acolhimento.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Uma vez iniciada a recuperação judicial, **é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação**, mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005). Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA. NATUREZA FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 6º, § 7º, DA LEI Nº 11.101/05, COM A RESSALVA NELE PREVISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR OU EXCLUAM PARTE DELE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005. Precedentes.

(...) (AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE**

SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012)

E ainda: CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014; CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016.

Diante da jurisprudência supramencionada, e das decisões cujas cópias foram juntadas às fls. 26/28 e 31/35 (Juízo da Recuperação Judicial) e à fl. 37 (Justiça do Trabalho), revela-se, nesse juízo de cognição sumária, a **probabilidade do direito invocado**. De igual forma, o **perigo de dano** se mostra caracterizado em razão da iminência de realização de atos executórios em face das suscitantes, sem o devido exame pelo Juízo Recuperacional.

Com efeito, prudente se afigura o provimento liminar, devendo limitar-se, porém, a atos que afetem o acervo patrimonial das suscitantes, inexistindo impedimento para que a execução prossiga, se for o caso, contra outras pessoas, se igualmente responsáveis pela satisfação do crédito trabalhista (Súmula 480/STJ).

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **defer-se** em parte o pedido de liminar para o fim de sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias que, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 0010093-80.2014.5.15.0101, em curso no r. Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Marília/SP, afetem o patrimônio das suscitantes, e **designa-se** o Juízo da Recuperação Judicial da 7ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia/MG para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Oficie-se aos órgãos jurisdicionais em conflito, com urgência, comunicando e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator